

O debate recente sobre a determinação do salário em David Ricardo

Ronaldo Fiani*

Este artigo apresenta o desenvolvimento recente do debate acerca do caráter da Teoria Econômica de David Ricardo. Dado o consenso alcançado a respeito do papel-chave desempenhado pela questão da determinação dos salários em Ricardo, este trabalho pretende investigar em que medida as diferentes abordagens foram bem-sucedidas no tratamento desse ponto.

1. Apresentação; 2. A determinação dos salários; 3. A determinação dos salários na versão de S. Hollander; 4. A interpretação neo-ricardiana; 5. Apreciação final.

1. Apresentação

O debate sobre a relação entre o pensamento de David Ricardo e a teoria econômica marginalista, apesar de se encontrar ainda longe de uma resolução definitiva, tem desenvolvido nos últimos anos um razoável grau de consenso acerca das questões fundamentais a serem respondidas pelos estudiosos do assunto.

Assim, temos por um lado aqueles que advogam a existência de uma única linhagem na história da análise econômica, que se iniciaria com Adam Smith e seu *A riqueza das nações* em 1776 (Smith, 1983) e se estenderia até nossos dias, cujo referencial básico seria a noção de Equilíbrio Geral. Nessa linhagem, Ricardo seria um precursor destacado.

Por outro lado, temos aqueles que defendem a existência de dois paradigmas, radicalmente distintos, na história da análise econômica: o clássico e o marginalista, sendo o pensamento de Ricardo irreconciliável com a teoria marginalista em qualquer de suas versões.

Em ambas as interpretações, todavia, vem aumentando a percepção de que a defesa de qualquer uma dessas duas posições exige um tratamento satisfatório da determinação do salário, como requisito indispensável para uma compreensão adequada do sistema teórico de David Ricardo.

Pretendemos então oferecer uma análise das tentativas recentes de enfrentar a questão da determinação dos salários em David Ricardo, tanto por parte daqueles que o caracterizam como precursor da análise marginalista, quanto por parte daqueles que o caracterizam como formulador de uma abordagem alternativa à análise moderna, especificamente a vertente de Equilíbrio Geral.

* Do IBRE/CEMEI, da Fundação Getúlio Vargas.

Este trabalho se divide em cinco seções. Na segunda discute-se rapidamente o papel-chave da determinação do salário na caracterização do sistema de Ricardo. Na terceira seção apresentamos a interpretação oferecida pelos que defendem a continuidade entre Ricardo e os marginalistas, doravante denominada *interpretação marginalista* de Ricardo. Na quarta seção será resenhada a interpretação oferecida pelos autores que advogam a irredutibilidade da teoria de David Ricardo à teoria do Equilíbrio Geral, por nós denominada *interpretação neo-ricardiana*.

Concluindo, temos um balanço sintético dos eventuais pontos fortes e fracos das duas interpretações.

2. A determinação dos salários

Para compreendermos a importância que as interpretações de Ricardo atribuem à questão da determinação do salário é fundamental esclarecer as diferentes concepções que norteiam seus intérpretes.

Por um lado temos aqueles que procuram enxergar nos textos de Ricardo um esboço, mais ou menos elaborado, de um modelo de Equilíbrio Geral, com as características conhecidas: determinação simultânea das quantidades produzidas, preços relativos e remuneração dos fatores pelo princípio da oferta e demanda. Assim, dadas as preferências dos consumidores, a tecnologia e o estoque de fatores determinarão o que e quanto será produzido, assim como os preços dos produtos e dos serviços de fatores.

Entre os autores que advogam essa interpretação de Ricardo destacam-se Samuelson (1978) e Hollander (1979 e 1984). As primeiras tentativas de oferecer uma formalização rigorosa dessa interpretação, contudo, surgiram bem antes, como, por exemplo, na sugestão de Samuelson¹ (1959, p. 224) e no modelo de Johansen (1967).

Por outro lado, temos aqueles autores que vêem na teoria de David Ricardo, assim como nos demais autores denominados "clássicos" (especialmente Quesnay, Smith e Marx), um paradigma teórico *alternativo ao modelo de Equilíbrio Geral*.

Segundo esses autores, entre os quais se destacam Bharadwaj (1978), Garegnani (1987) e Roncaglia (1979), cuja fonte de referência é o trabalho de Sraffa (1981 e 1983), dada a forma particular como os clássicos tratavam o problema da distribuição, a demanda não possuía qualquer papel a desempenhar na determinação dos preços relativos ou das remunerações dos fatores.

¹ Samuelson (1959) considerava irrealista o tratamento de Ricardo do comportamento do mercado de trabalho. Na sua interpretação, Ricardo teria suposto automático o ajustamento da oferta de trabalho às variações da demanda. Em lugar desse suposto ajustamento automático, Samuelson sugeria um modelo em que: "(...) the percentage rate of population growth might be a rising function of the discrepancy of the real wage and the subsistence level; and each greater profit discrepancy between market price and labor cost alone might be expected to give rise to a greater rate of capital accumulation" (Samuelson, 1959, p. 224). Essa sugestão descreve exatamente a essência do modelo apresentado em Johansen (1967).

É importante enfatizar que a irrelevância da demanda na análise clássica, segundo esses autores, se relaciona ao tratamento particular oferecido pelos clássicos à questão da distribuição, e não a uma hipótese específica em relação à produção, do gênero “retornos constantes de escala” (que, além de tudo, não seria uma leitura precisa dos textos clássicos, uma vez que Ricardo trabalhou explicitamente com um setor produtor de bens-salário – a agricultura – sujeito à produtividade decrescente).

Para que a demanda seja irrelevante na determinação dos preços é necessário que a curva de oferta seja horizontal. Nesse sentido, a hipótese de rendimentos constantes de escala é *insuficiente* para assegurar que a demanda não influencie os preços dos produtos: mesmo supondo-se rendimentos constantes de escala, caso seja possível aumentar a oferta de serviços de fator somente a um custo crescente, a curva de oferta será uma função positiva do preço, isto é, apresentará uma inclinação ascendente, e a especificação da demanda será indispensável para determinar preços e quantidades (Garegnani, 1987).

Portanto, a condição essencial para que a demanda *não* interfira na determinação dos preços relativos é que a própria distribuição não esteja sujeita ao princípio da oferta e da demanda. Dito de outra maneira, a remuneração de pelo menos um dos serviços de fator *não* deve depender de sua demanda.²

É aqui que reside o papel atribuído aos salários, pelos intérpretes que negam a possibilidade de absorver a teoria de Ricardo no interior de um modelo de Equilíbrio Geral: demonstrar que a determinação do salário real *não* se dava, em Ricardo, pelo equilíbrio entre uma função oferta e uma função demanda de trabalho. Aos que sustentam uma interpretação de Ricardo baseada na concepção de Equilíbrio Geral, coube defender a posição oposta.

3. A determinação dos salários na versão de S. Hollander

A tese da continuidade entre o pensamento de David Ricardo e a teoria do Equilíbrio Geral, que vinha se desenvolvendo ao longo da década de 70 através dos trabalhos de Levy (1976), Hicks & Hollander (1977) e Samuelson (1978), entre outros, encontra seu marco definitivo na obra de S. Hollander, *The economics of David Ricardo* (Hollander, 1979).

Em Hollander (1979) encontra-se uma investigação extensa da evidência textual, na busca de apoio ao modelo que a vertente marginalista atribuiu a Ricardo. Segundo a interpretação dessa vertente, em Ricardo, dado o estoque de terra, considera-se que são aplicadas sucessivas doses de um “fator composto”, constituído por trabalho e capital. A produtividade

² Se a remuneração dos fatores não é determinada pela oferta e demanda, e conseqüentemente a demanda se torna irrelevante para a determinação dos preços relativos, estes devem estar sujeitos a um outro princípio de determinação. Esse princípio estaria refletido no conceito clássico de “preços naturais” definidos, em Ricardo, como o vetor de preços que, dado o produto, a tecnologia e a taxa de salário, gera uma taxa de lucro uniforme para todos os setores da economia. Esse vetor seria o centro de gravitação dos preços efetivamente observados no mercado.

marginal desse fator composto determinaria sua remuneração total, a qual, por sua vez, seria repartida em lucros e salários.

A determinação da participação de lucros e salários, na remuneração total do fator composto, se resolve a partir da especificação: a) da taxa de crescimento da oferta de trabalho como função direta da diferença entre a taxa de salário corrente e a taxa de salário de subsistência; b) da taxa de acumulação de capital (que nos fornece a demanda por trabalho)³ como função direta da taxa de lucro. Sendo a remuneração total do fator composto fixada pela sua produtividade marginal, a taxa de acumulação é, ao mesmo tempo, função inversa da taxa de salário corrente.

Assim, a trajetória dos salários (e lucros) durante o crescimento da economia será determinada por: a) a produtividade marginal do fator composto trabalho-capital; b) as eventuais diferenças entre a taxa de acumulação de capital e a taxa de crescimento da oferta de trabalho, pois, sempre que a taxa de acumulação superar a taxa de crescimento da força de trabalho, a taxa corrente de salário tenderá a se elevar, sucedendo o oposto no caso em que a taxa de acumulação seja inferior à taxa de crescimento da mão-de-obra.

Se a produtividade marginal do fator composto se mantivesse constante, ao menos por um período de tempo suficientemente longo, trabalho e capital acabariam por crescer de forma equilibrada à mesma taxa (Casarosa, 1978).

Contudo, como o estoque de terra é dado, o aumento da proporção do fator composto em relação à terra fará a produtividade daquele declinar. A consequência será uma trajetória descendente de salários e lucros, até o “Estado Estacionário”, onde as taxas de crescimento de capital e trabalho são ambas iguais a zero.

Em sua formulação inicial, esse modelo supunha a taxa de incremento da oferta de trabalho como função monotônica crescente da diferença entre a taxa de salário corrente e a taxa de salário de subsistência. Todavia, como apontou A. Roncaglia (um crítico da interpretação de S. Hollander) essa suposição não é corroborada pelos textos de Ricardo: “Ricardo does *not* state that the greater the difference between actual and subsistence wage rates, the higher the growth of population (...)” (Roncaglia, 1982a, p. 348, grifo do original; ver também Roncaglia, 1982b, p. 373).

Esse fato, segundo Roncaglia (1982a e 1982b), seria indício de que não deveríamos buscar em Ricardo uma relação funcional bem definida entre a taxa de crescimento da oferta de trabalho e a taxa de salário.

O próprio S. Hollander, entretanto, havia reconhecido que em várias oportunidades Ricardo parecia negar a existência de tal relação funcional (Hollander, 1979, p. 403). A interpretação de S. Hollander para esse fato tinha, então, um caráter bastante insatisfatório. Com efeito, limitava-se a afirmar que, em uma dessas passagens específicas, Ricardo “failed to

³ Os modelos desse gênero de interpretação marginalista de Ricardo são sempre modelos apenas de capital circulante com um só produto, sendo o capital nada mais que a folha total de salários. Assim, uma adição ao estoque de capital aparece simultaneamente como um acréscimo na demanda por trabalho.

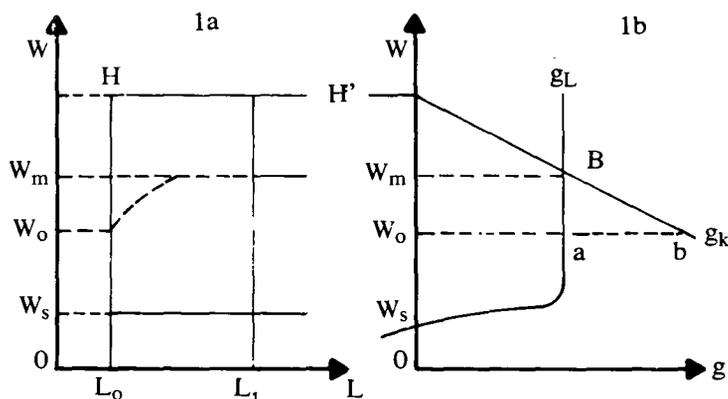
spell out the full sequence of events —cutting short the analysis prematurely” (Hollander, 1979, p. 404).

Essa questão, crucial para a viabilidade da proposta de absorver Ricardo dentro do paradigma marginalista, será retomada e desenvolvida por S. Hollander em seu artigo *The wage path on classical growth models: Ricardo, Malthus and Mill* (Hollander, 1984).

Nesse artigo, S. Hollander reformula seu argumento inicial, afirmando agora que, para Ricardo, a taxa de crescimento da oferta de trabalho seria insensível a variações na taxa de salário, exceto no caso de reduções a níveis próximos daquele de subsistência (Hollander, 1984, p. 200).

A teoria de Ricardo, na interpretação de Hollander (1984), poderia ser representada supondo-se primeiramente produtividade constante do “fator composto” trabalho-capital, de acordo com a figura 1.

Figura 1



Na seção 1a da figura 1, a curva HH' representa, simplesmente, a produtividade marginal do fator composto, suposta constante no intervalo L_0L_1 .

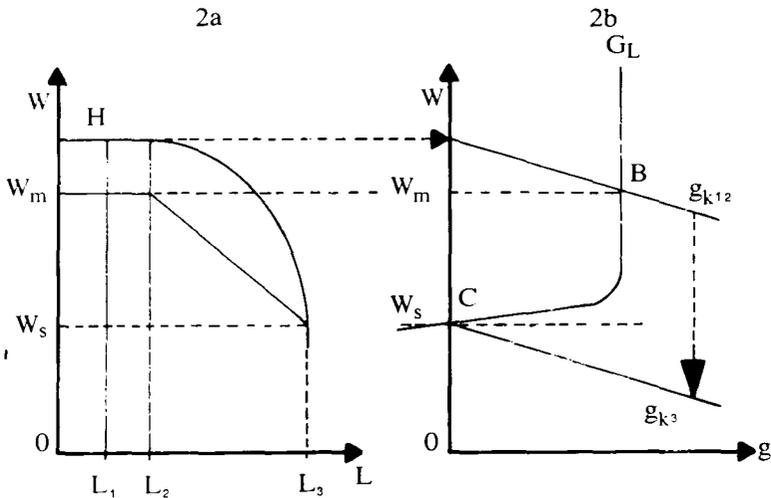
Por outro lado, como tivemos oportunidade de ver mais acima, a repartição do rendimento total do fator composto refletirá discrepâncias nas taxas de crescimento da oferta de trabalho (g_L) e de capital (g_k), conforme seção 1b da figura 1.

Na seção 1b da figura 1, a função g_k é definida como função direta dos lucros e inversa dos salários. A função g_L , por sua vez, apresenta um formato peculiar, de modo a adequá-la aos problemas levantados pela leitura dos textos de Ricardo. Assim, g_L apresenta um trecho positivamente inclinado a partir do salário de subsistência w_s (onde $g_L = 0$), seguido de um trecho vertical, representando a insensibilidade da taxa de crescimento da oferta de trabalho a variações na taxa de salário, desde que esta se situe significativamente acima do nível de subsistência.

Supondo-se assim que a taxa de salário estivesse situada inicialmente no valor w_0 , a discrepância entre as taxas de crescimento do trabalho (g_L) e do capital (g_k), identificada pela distância entre os pontos *a* e *b* na seção 1b da figura 1, provocaria um aumento da taxa de salário, reduzindo os lucros e adequando a taxa de acumulação de capital à taxa de crescimento da oferta do trabalho. O nível de equilíbrio da taxa de salário seria então w_m (ver figura 1, seção 1b).

A situação representada na figura 1 não pode, todavia, perdurar indefinidamente. Como o estoque de terra é dado, o prosseguimento da acumulação de capital fará a produtividade do fator composto declinar. Essa nova situação é retratada na figura 2.

Figura 2



Na seção 2a da figura 2, vê-se a curva de produtividade marginal do fator composto, agora acrescentando um trecho negativamente inclinado a partir do volume de emprego L_2 , até o volume de emprego L_3 , o qual caracteriza o Estado Estacionário.

Na seção 2b da figura 2, vê-se como o declínio da produtividade afeta a remuneração do trabalho. Assim, a curva g_{k12} representa a taxa de acumulação de capital dada a produtividade marginal do volume de emprego L_2 , às várias taxas de salário possíveis. O ponto onde essa curva corta a curva g_L determina a taxa de salário inicial de equilíbrio, w_m (ver figura 2, seção 2b).

O declínio da produtividade leva, contudo, a sucessivos deslocamentos paralelos de g_k para baixo. Em função desses contínuos deslocamentos, S. Hollander adverte que, exceto no trecho de produtividade constante, analisado na figura 1 e representado pelo ponto *B* na seção 2b da figura 2, ou no Estado Estacionário, representado pelo ponto *C* na seção 2b da figura

2, em nenhum outro caso $g_k = g_L$, de forma que “the g_L curve does not trace out long-run equilibria” (Hollander, 1984, p. 205). Isto se deve ao fato de que, antes que seja possível o equilíbrio entre as taxas de crescimento de capital e trabalho, a redução na produtividade do fator composto faz alterar-se a taxa de acumulação de capital.⁴

Esse modelo de interpretação de Ricardo deixa em aberto, entretanto, uma questão: por que a taxa de crescimento da oferta de trabalho apresentaria um comportamento tão peculiar? Quanto a esse problema, os argumentos de Hollander (1984) são dois: a) caso g_L se mantivesse *permanentemente* insensível a variações na taxa de salário, os salários acabariam por se reduzir a zero, como aparentemente o próprio Ricardo teria percebido; b) as conclusões não seriam afetadas caso a curva g_L , fosse função monotonicamente crescente da taxa de salário (Hollander, 1984, p. 206).

Não vamos nos deter aqui a discutir o argumento expresso em (b), cujo caráter insatisfatório como explicação, *em Ricardo*, de tal comportamento do crescimento da oferta de trabalho é evidente.

O argumento expresso em (a) merece consideração, contudo, por supor exatamente aquilo que se deveria demonstrar: que os salários são determinados, em Ricardo, pelo princípio da oferta e demanda. Se isso for verdade, sem dúvida uma taxa de crescimento da oferta de trabalho constante, frente a uma taxa de acumulação de capital que decresce até um valor mínimo próximo de zero, reduziria os salários a praticamente nada. Porém, e este é o ponto importante, *se os salários são determinados por outras variáveis de natureza extra-econômica, essa conclusão deixa de ser necessariamente verdadeira.*

Para S. Hollander defender seu ponto, não basta, assim, afirmar de modo um tanto vago que Ricardo teria se apercebido do problema, na medida em que esse tipo de dificuldade (a insensibilidade dos salários frente a variações da taxa de salário, no caso de produtividade declinante) é crucial para um modelo de determinação dos salários baseado na oferta e demanda.

4. A interpretação neo-ricardiana

No que toca especificamente à questão da determinação do salário em Ricardo, Bharadwaj (1987) e Rosselli (1985) procuram sustentar a interpretação neo-ricardiana. Vamos nos limitar aqui à discussão da análise de Rosselli (1985), que ao nosso ver possui o mérito de expor com maior detalhe as virtudes e dificuldades desse gênero de interpretação.

O argumento central do artigo de Rosselli, *The theory of the natural wage* (Rosselli, 1985) é colocado da seguinte forma:

⁴ Para uma breve discussão sobre a natureza do equilíbrio na teoria do crescimento de Ricardo, do ponto de vista da interpretação marginalista, veja-se Hicks (1979, p. 54-5). Vale a pena notar, porém, que o fato de a curva g_L não representar uma trajetória de equilíbrio de longo prazo não impede a existência de equilíbrio de curto prazo. Com efeito, em um dado momento no tempo está dada a oferta de trabalho, a qual, juntamente com um dado estoque de capital, determina a taxa de salário de equilíbrio de curto prazo (Hollander, 1984).

“Ricardo’s point, though scarcely explained, is quite clear. What he tries to do is to set up a scale against which different causes affecting the money wage can be weighed. In no circumstances may imbalances between supply and demand in the labour market offset the effects of changes in the price of wage goods. On the contrary, the money wage rate increases when there is an increase in the price of wage goods, even if there is a fall in the demand for labour” (Rosselli, 1985, p. 242-3).

Portanto, de acordo com Rosselli (1985), Ricardo teria percebido dois fatores distintos operando na determinação do salário: o preço da cesta de bens-salário, que possuía o papel dominante, e a interação entre oferta e demanda de trabalho, que possuía um papel secundário na análise.

Essa interpretação é sustentada com apoio em vários textos de Ricardo, tomando como uma de suas principais referências o debate entre Ricardo e Malthus, no qual este sustentava a independência da determinação do preço do trabalho em relação ao preço do trigo. Segundo Malthus, esses preços seriam determinados separadamente, de acordo com suas demandas e ofertas respectivas (Rosselli, 1985, p. 242-4).

A concepção de Ricardo da determinação do salário, tal como interpreta Rosselli (1985), exigia que três requisitos fossem obedecidos por Ricardo no momento de elaborar sua teoria:

1. Que a taxa de salário real fosse um parâmetro dado antecipadamente. Só assim seria possível calcular, de modo claro, o aumento da taxa de salário nominal necessário para compensar um eventual encarecimento do preço dos bens-salário. Essa taxa real de salário seria a *taxa natural*.
2. Que demanda e oferta de trabalho variassem *apenas* no sentido de corrigir uma diferença ocasional entre a taxa real de salário e seu valor natural.
3. Que a taxa natural de salário fosse a variável independente e a taxa de lucro a variável dependente (Rosselli, 1985, p. 244).

A obediência aos três requisitos acima, por parte do sistema teórico de Ricardo, teria garantido, segundo Rosselli (1985), um tratamento coerente com sua concepção do processo de determinação salarial.

Antes de considerar em que medida Ricardo efetivamente preencheu esses requisitos, é importante notar a semelhança entre as teorias da taxa natural de salário e dos preços naturais: tanto em um caso como no outro a oferta se ajusta à demanda efetiva, de forma que os valores praticados no mercado guardem relação com os valores naturais (o conhecido princípio da gravitação dos autores clássicos). Apenas que, no caso do salário natural, é a lei de população malthusiana que atua para igualar a oferta de trabalhadores à sua demanda (Rosselli, 1985, p. 245).

Essa interpretação tem a seu favor, portanto, o fato de distinguir em Ricardo um esquema analítico básico na elaboração dos seus principais conceitos: taxa natural de salário, preço natural, etc.

Para avaliar então em que medida Ricardo teria obedecido aos requisitos listados por Rosselli (1985), tomamos como ponto de partida a defi-

nição de Ricardo da taxa natural de salário como sendo aquela “which is necessary to enable the labourers, one with another, to persist and to perpetuate their race, without either increase or diminution” (Ricardo, 1981, v.1, p.93).

Coerente com essa definição, Rosselli (1985) identifica em Ricardo a seguinte descrição do processo de acumulação de capital: o aumento do estoque de capital originado pelo investimento pressiona a oferta existente de trabalho, elevando a taxa real de salário corrente acima de seu valor natural. Como consequência, ocorre uma expansão demográfica, aumentando a demanda por trigo (um bem de primeira necessidade) e seu preço. O aumento do preço do trigo eleva a taxa de lucro na produção de trigo acima do valor médio dos demais setores, que agora se encontra em um nível mais baixo do que o que se encontrava inicialmente, em função do aumento dos salários.

A consequência desse desalinhamento das taxas de lucro será o deslocamento de capital rumo à produção de trigo. Isto fará com que terras menos produtivas sejam cultivadas, elevando de forma permanente os custos e impedindo que o aumento inicial do preço do trigo seja revertido com o aumento da oferta. Com o maior preço do trigo, o aumento real de salário inicial é totalmente absorvido, retornando a taxa de salário ao seu valor natural e estancando o crescimento da população (Rosselli, 1985, p. 246-7).

Contudo, essa leitura do processo de acumulação de capital na teoria de Ricardo, ainda que coerente com sua definição da taxa natural de salário, é bastante insatisfatória, como aliás reconhece Rosselli (1985). O problema reside no fato de que o retorno da taxa de salário real ao seu valor natural somente é possível caso o investimento ocorra por etapas. Caso contrário, antes que o processo aqui delineado tivesse tempo para operar plenamente, um novo acréscimo ao estoque de capital realimentaria as pressões sobre o mercado de trabalho, podendo manter assim a taxa corrente de salário real por um longo período acima de seu valor natural.

Na verdade, como admite Rosselli (1985), esse período poderia ser tão longo que a taxa de salário natural só seria relevante no caso extremo do “Estado Estacionário”, onde as taxas de acumulação de capital e de crescimento demográfico são ambas iguais a zero. Tal situação seria, entretanto, de pouco interesse analítico (Rosselli, 1985, p. 247).⁵

Essa conclusão coincide, em linhas gerais, com a argumentação de Hollander (1979) para minimizar a relevância do conceito de *natural wage* em Ricardo:

“The choice of the term ‘natural’ (...) was simply intended to permit ‘one common language to apply to all cases which are similar’. The same term, for example, can be used in the case of any regular commodity even

⁵ Também não é satisfatório o tratamento oferecido por Pasinetti (1979), ao supor oferta de trabalho infinitamente elástica. Como demonstrou Samuelson (1978), essa suposição pode ser vista como um caso particular da interpretação marginalista.

though the market price thereof is normally above or below the natural or long-run cost price” (Hollander, 1979, p. 402).

Desse modo, a menos que adotemos uma concepção do processo de acumulação de capital excessivamente restritiva, a definição oferecida por Ricardo da taxa natural de salário é incompatível com os requisitos, estabelecidos por Rosselli (1985), de coerência com a concepção geral que Ricardo parecia ter da determinação dos salários: a taxa de salário real não é constante, pois ao longo do processo de acumulação ela deve apresentar uma tendência declinante até o seu valor natural, no Estado Estacionário.

Por outro lado, a oferta e a demanda não atuam no sentido de corrigir desvios da taxa de salário real em relação ao seu valor natural, que não possui relevância ao longo do processo de acumulação. E, finalmente, fora do Estado Estacionário a taxa de lucro não pode ser determinada a partir da taxa de salário natural.

Rosselli (1985) recrimina então Ricardo por não ter assumido a taxa de salário como dada, “not specifying the market mechanism that keeps the wage at its constant level” (Rosselli, 1985, p. 248). Essa recriminação, contudo, não afasta completamente as dúvidas de que as incoerências, se existem, estejam na interpretação neo-ricardiana da teoria de David Ricardo, e não no próprio autor interpretado, como afirma Hollander (1979).

5. Apreciação final

Embora os resultados obtidos tanto por Hollander (1984) como por Rosselli (1985) não respondam de modo plenamente satisfatório às questões que colocam, são trabalhos da maior relevância no debate atual em História do Pensamento Econômico, por dois motivos.

Em primeiro lugar, esses dois trabalhos aprofundam uma linha de pesquisa das mais complexas na teoria da distribuição clássica, a qual, como tivemos oportunidade de salientar no início deste trabalho, possui um papel-chave na compreensão do caráter daquilo que se convencionou chamar de “Economia Clássica”.

Em segundo lugar, e esse é o ponto mais importante, esses dois trabalhos refletem a crescente interdependência entre a Teoria Econômica, com seus confrontos e disputas, e a História do Pensamento Econômico, com suas revisões periódicas do passado.

Com efeito, o que se encontra em jogo nesta controvérsia sobre a teoria ricardiana da distribuição é a possibilidade da crítica moderna, baseada em Sraffa (1983), de se apresentar como herdeira legítima de uma tradição “clássica”, cujo principal nome seria o de Ricardo.

Essa possibilidade é um dos mais importantes trunfos na retórica do debate em teoria econômica, como muito bem mostrou McCloskey (1983). Negar a legitimidade dessa herança, como faz S. Hollander, corresponde a desautorizar o neo-ricardianismo como interlocutor válido na Academia.

Assim sendo, não devemos ler este debate apenas com o objetivo pragmático de obter respostas às dúvidas levantadas, mas acompanhar

essa controvérsia enquanto um longo esforço de revisão histórica do pensamento de Ricardo, um fato significativo na História do Pensamento Econômico por si mesmo e que deverá ter reflexos na própria crise que vive a Teoria Econômica.

Abstract

This paper relates the recent development of the debate concerning the true sense of David Ricardo's economic theory. Provided it has been agreed that the determination of wages is the crucial step in discussion, the paper intends to investigate how much each approach has been successful in this question.

Referências bibliográficas

- Bharadwaj, K. *Classical political economy and rise to dominance of supply and demand theory*. New Dheli, Sangam Books, 1978.
- . Wages in classical economics. In: Eatwell, J.; Milgate, M. & Newman, P. *The new palgrave: a dictionary of economics*. London, Mcmillan, 1987.
- Casarosa, C. A new formulation of the ricardian system. *Oxford Economic Papers*, 30: 38-63, 1978.
- Garegnani, P. Surplus approach to value and distribution. In: Eatwell, J.; Milgate, M. & Newman, P. *The new palgrave: a dictionary of economics*. London, Macmillan, 1987.
- Hicks, J. *Causality in economics*. Oxford, Blackwell, 1979.
- & Hollander, S. Mr. Ricardo and the moderns. *Quarterly Journal of Economics*, 91: 351-69, 1977.
- Hollander, S. *The economics of David Ricardo*. London, Heinemann, 1979.
- . The wage path on classical growth models: Ricardo, Malthus and Mill. *Oxford Economic Papers*, 36: 200-12, 1984.
- Johansen, L. A classical model of economic growth. In: Feinstein, C. H., ed. *Socialism, capitalism and economic growth, essays presented to M. Dobb*. Cambridge, CUP, 1967.
- Levy, D. Ricardo and the iron lan: a correction of the record. *History of Political Economy*, 8: 235-51, 1976.
- McCloskey, D. N. The rhetoric of economics. *Journal of Economic Literature*, 21: 481-517, 1983.
- Pasinetti, L. L. *Crescimento e distribuição de renda*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

- Ricardo, D. *The works and correspondence of David Ricardo*. Cambridge, CUP, 1981. 11v.
- Roncaglia, A. *Sraffa and the theory of prices*. Chichester, John Wiley, 1979.
- . Hollander's Ricardo. *Journal of Post-Keynesian Economics*, 4: 339-59, 1982a.
- . Rejoinder. *Journal of Post-Keynesian Economics*, 4: 373-5, 1982b.
- Rosselli, A. The theory of the natural wages. In: Caravale, G. A., ed. *The legacy of Ricardo*. Oxford, Basil Blackwell, 1985.
- Samuelson, P. A. A modern treatment of the ricardian economy: II capital and interest aspects of the pricing process. *Quarterly Journal of Economics*, 73: 217-31, 1959.
- . The canonical classical model of political economy. *Journal of Economic Literature*, 16: 1.415-34, 1978.
- Smith, A. *A riqueza das nações*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- Sraffa, P. Introduction. In: Ricardo, D. *The works and correspondence of David Ricardo*. Cambridge, CUP, 1981. 11v.
- . *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.